

## ARENDRT: O OTIMISMO APÓS O TOTALITARISMO

José João Neves Barbosa Vicente<sup>1</sup>

### RESUMO

Em sua obra *Origens do totalitarismo*, Arendt descreve o regime totalitário como sendo uma forma de governo novo e sem precedentes na história da humanidade; um governo baseado na ideologia e no terror que acreditava que era possível fazer qualquer coisa com o homem. O objetivo deste artigo é analisar o otimismo de Arendt após o inferno totalitário do “tudo é possível”

**Palavras-chave:** Ação. Senso comum. Totalitarismo. Verdade.

### ABSTRACT

In his book *The origins of totalitarianism*, Arendt describes the totalitarian regime as a form of new government and unprecedented in human history; a government based on ideology and terror that believed it was possible to do anything with the man. The objective of this paper is to analyze the optimism Arendt after the totalitarian hell of "everything is possible".

**Keywords:** Action. Common sense. Totalitarianism. Truth.

Para os líderes totalitários que de acordo com Arendt (1990, p.411), não possuíam absolutamente nada de *carismático*, principalmente se levarmos em consideração as categorias de Max Weber<sup>1</sup>, qualquer coisa podia ser feita com os

---

<sup>1</sup> Graduado e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor Assistente de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: [josebvicente@bol.com.br](mailto:josebvicente@bol.com.br).

<sup>1</sup>. O advento do líder totalitário, prova a inadequação da tipologia weberiana. Isso decorre da qualidade única, sem precedentes, do fenômeno totalitário. Através da análise de Friedrich e Brzezinski (1965, p.29), é possível compreender de um modo claro, o motivo pelo qual o líder totalitário não pode ser enquadrado em nenhuma das categorias de Max Weber. Segundo Weber, Moisés, Cristo e Maomé foram líderes carismáticos típicos, é evidente que Hitler não se enquadra nessa categoria. Argumentar que o fator comum aos líderes carismáticos é o apelo entusiástico e emocional que Hitler possuía com relação a seus seguidores é duplamente errôneo. Em primeiro lugar, a concepção webwriana de um carisma implica em um transcendente fé em Deus, característica ausente tanto no próprio Hitler quanto no seguidor típico de outros líderes fascistas,

homens, quando o objetivo supremo era o governo total. Os governos totalitários não se hesitavam em moldar os homens para adapta-los ao regime total e absoluto.

Nos regimes totalitários do século XX, tudo passou a ser possível em nome do absoluto e do universal, viabilizando-se, assim, a violência paroxística, isto é, o extermínio do homem pelo homem<sup>2</sup>:

Não obstante, em seu afã de provar que tudo é possível, os regimes totalitários descobriram, sem o saber, que existem crimes que os homens não podem punir nem perdoar. Ao tornar-se possível, o impossível passou a ser o mal absoluto, impunível e imperdoável, que já não podia ser compreendido nem explicado pelos motivos malignos do egoísmo, da ganância, da cobiça, do ressentimento, do desejo do poder e da covardia; e que, portanto, a ira não podia vingar, o amor não podia suportar, a amizade não podia perdoar. Do mesmo modo como as vítimas nas fábricas da morte ou nos poços do esquecimento já não são "humanas" aos olhos de seus carrascos, também essa novíssima espécie de criminosos situa-se além dos limites da própria solidariedade do pecado humano (ARENDDT, 1990, 510).

“O tudo é possível” foi a crença fundamental, sobre o qual repousou o totalitarismo, e como tal, opõe-se de forma radical ao *senso comum*, o qual é o sentido dos limites. A compreensão arendtiana do senso comum, vai além da interpretação escolástica elaborada fundamentalmente por Tomás de Aquino a partir da concepção aristotélica que como sabemos, designou como senso comum, a capacidade geral de sentir, à qual atribui duas funções essenciais: primeira, constituir a consciência da sensação, que é o “sentir o sentir”, porquanto tal consciência não pode pertencer a um órgão especial do sentido, como por exemplo, a visão ou ao tato; segunda, perceber as determinações sensíveis comuns a vários sentidos, como o movimento, o repouso, o aspecto, o tamanho, o número e a unidade. Essa noção sabemos também, que foi admitida pelos estóicos, que

---

como Perón na Argentina. Em segundo lugar, o carisma não constitui primacialmente, um ‘apelo’ emocional; mas, uma fé de genuíno conteúdo religioso, metarracional em sua fonte e racional em sua teologia. Entretanto, o fato de Hitler não ter sido um chefe carismático não significa que ele fosse, portanto, um líder ‘tradicional’ ou ‘legal – racional’ – as duas outras categorias de Weber. Isso porque o líder tradicional é representado tipicamente por monarca, como Luís XIV ou Henrique VIII, ao passo que o líder legal – racional tem como exemplo o Presidente ou o Primeiro – ministro de uma democracia constitucional.

<sup>2</sup> De acordo com Touraine (1994, p.330.), o totalitarismo é a pior doença do século XX; por isso o apelo ao sujeito se faz ouvir com tanta força nos dias de hoje. “Um regime totalitário submete os indivíduos tão brutalmente à sua ordem que muitos não podendo mais ter objetivos ‘sociais’ como o crescimento ou a igualdade social, apelam direta e dramaticamente para o respeito da pessoa humana, para os direitos do homem. Alguns acham este objetivo vago e moralizador; mas é porque eles foram protegidos durante toda a sua vida das maiores infelicidades: a perseguição, a sujeição à ocupação estrangeira, a perda da liberdade. Foi a experiência do totalitarismo que pôs fim a dois séculos de progressismo e de historicismo, obrigando-nos hoje em dia a defender com frequência o homem contra o cidadão.

atribuíram ao senso comum as mesmas funções. Segundo a interpretação escolástica, o senso comum é essencialmente, conforme nos lembra Aguiar (2001, p.126),

[...] uma faculdade interna que unifica as sensações dos cinco sentidos externos numa imagem que será posteriormente trabalhada pelo intelecto para dar origem ao conceito. Esse sentido faz o trabalho conhecido por nós hoje como percepção e que para a tradição gnosiológica aristotélica é uma faculdade intermediária entre as sensações e os conceitos. Noutras palavras, é uma faculdade compreendida na economia que leva à ideia e essência das coisas. Nesse caso, há um exagero na intelectualização do senso comum.

Da perspectiva de Arendt, o senso comum, essa “fé natural” no mundo tal como aparece, tem como tarefa primordial realizar a inserção e a orientação do homem no mundo em que vive, para que ele possa fazer deste mundo a sua própria casa. Na verdade, o que acontece em Arendt, é que ela faz uma junção da compreensão do senso comum como sentido interno, típico ao aristotelismo e à escolástica, chegando inclusive ao ponto de falar num sexto sentido, cujas características seriam as mesmas do sentido interno dos escolásticos. Ou seja, trata-se, como dizia Santo Tomás de Aquino, de uma sensação suplementar e muda da realidade, garantida pelo mundo de meus semelhantes, que sentem, como eu, bem como pelos cinco sentidos, e que visa “ao sensível em geral”. Esse sexto sentido, chamado *sensus communis*, produz o sentido do real.

A essa visão, porém, Arendt acrescenta fundamentalmente a compreensão humanista cívica que o compreende como um sentido comum, como um sentido da civilidade, daqueles que se propõe fundamentalmente a uma relação política com os outros e com eles conviver em uma comunidade. Portanto, em Arendt, como sentido comum, o senso comum, aponta para uma experiência comum do mundo, diferente, portanto, da visão logicista dos tomistas.

O fundamento do senso comum que, de acordo com Arendt, repousa na confiança numa adesão dos outros a um mínimo de coisas consideradas evidentes, coisas que o homem não pode mudar a seu bel-prazer, é radicalmente devastado pelo “tudo é possível” do fenômeno totalitário<sup>3</sup>. Aquela ideia scotista de

---

<sup>3</sup> Um pouco antes de morrer, conforme a narração de Arendt, ao responder a pergunta de um representante da República de Weimar, quanto à questão de saber o que os futuros historiadores pensariam das responsabilidades respectivas no deflagrar da Primeira Guerra Mundial, Clemenceau se referia a esse fundamento intocável, e acreditava ainda poder dar uma resposta que,

uma *fides acquisita* (fé adquirida), recuperada por Arendt, fé na possibilidade de salvaguardar as diferenças fundamentais, as diferenças que separam o sentido do não sentido, o possível do impossível, a realidade das meras criações do espírito humano, é absolutamente destruída pelo totalitarismo, o qual torna real aquilo que não tem sentido para o homem. Ou seja, “para a empresa totalitária”, diz Roviello (1990, p.137), “já não há limites, nem do lado do real nem do lado dessas coisas ‘relativamente transcendentais’ com as quais qualquer política se confronta: o justo, o verdadeiro e mesmo o belo”.

Se da perspectiva arendtiana, o sentido só pode penetrar no mundo através do debate entre os homens acerca do mundo que herdaram e partilham, e da ação comum no seio desse mundo, isso é absolutamente impossível no mundo totalitário. O totalitarismo institui radicalmente um mundo de não sentido, destruindo assim, através da diabólica máquina tecnológica, toda e qualquer condição que permite a manifestação do sentido no mundo, isto é, a abertura recíproca do homem e do mundo que coincide com a abertura de cada indivíduo à intersubjetividade. “A experiência fundamental sobre a qual é edificado o sistema totalitário”, isto é, “a experiência de absoluta não pertença ao mundo, uma das experiências mais radicais e mais desesperadas do homem”, como sublinhou Roviello (1990, p.126-127), “constitui a *experiência paradoxal da não experiência*, a experiência da radical estranheza do mundo”.

O mundo totalitário é, na verdade, da perspectiva de Arendt, um não mundo, pois, ele não revela absolutamente nada, e todas as pertencas e heranças dos homens, como por exemplo, as da tradição do pensamento e da religião, são radicalmente estilhaçadas deixando-os absolutamente num mundo sem amparos. “É um mundo de solidão (*loneliness*), de desenraizamento e de massificação”, diz Kristeva (2000, p.134), “que se deixa ouvir no jogo das palavras (solo/ sozinho) inerente ao termo francês “desolação”, que junta a melancolia a uma “privação de solo ou de espaço”.

Deliberadamente o regime totalitário ataca a verdade sob todas as suas formas: verdades lógicas ou matemáticas; verdades “relativamente transcendentais” e verdades de fatos, apresentando-se assim, conforme as palavras de G. Orwell

---

precisamente, lhe parecia evidente: “Isso não sei. Mas tenho certeza de que eles não dirão que a Bélgica invadiu a Alemanha”(ARENDT, 1972, p.296.).

(Orwell, 1985, p.200.) em seu romance *1984*, escrito dois anos antes de *Origens do totalitarismo*, como o “detentor da verdade absoluta”, moldando os homens de acordo com essa verdade, na tentativa única de obter “um mundo onde há uma única vontade”, a do chefe. Na verdade, “o inferno totalitário” deixou claro que o poder do homem é maior do que ele teria sequer ousado imaginar, que o homem pode concretizar visões do inferno *sem que o céu caia ou a terra se abra*.

Pode-se fazer, portanto, tudo e mais alguma coisa com os homens, afinal, os limites que a ação não pode ultrapassar não estão traçados em nenhum lugar. Ou seja, se os contornos do mal não se encontram traçados em lado nenhum, se somos os únicos seres capazes de traçá-los, então temos também a liberdade de transgredir todos esses limites que só ganham existência por meio da nossa decisão. Os regimes totalitários são da perspectiva de Arendt os maiores especialistas na arte de atacar e falsificar as verdades de fatos. São, por exemplo, os maiores falsificadores da história, ou seja, com as suas *mentiras*<sup>4</sup>, eliminam radicalmente o passado, pervertendo-o ao torná-lo um simples objeto manipulável à mercê, e ao serviço, de um presente que perdeu o sentido.

A mentira como dizia Santo Agostinho, não é uma simples ausência da verdade, mas sim, é “o contrário da verdade”. Mentir significa, percebe-se aqui Tomás de Aquino, dizer o que não é verdadeiro, e isso não é o simples contrário de esconder o que é. O elemento “formal” da mentira, o que a constitui em seu ser próprio, é a vontade de exprimir alguma coisa falsa. Mentir não equivale simplesmente a perceber a existência do que não é, seja porque nega a existência do que é, a mentira para Arendt, portanto, depende do mundo da ação voluntária. A mentira praticada numa escala gigantesca pelos regimes totalitários produz um universo estranhamente coerente e regular em que tudo se explica. A mentira deixou de ser apenas um fato isolado, uma espécie de bravata, de exceção, mas sim, o princípio durável de um sistema de “sentido e de explicação”.

A mentira não é mais um desafio lançado a uma ordem imutável, uma fratura momentânea, mas sim, ela é a fonte de um processo regular que continuamente engendra outras mentiras e superpõe aos fatos desse mundo uma grande leitura

---

<sup>4</sup> Aristóteles, por exemplo, distingue duas espécies fundamentais de mentira. A *jactância*, que consiste em exagerar a verdade, e a *ironia*, que consiste em diminuí-la. Estas são mentiras que não dizem respeito às relações de negócios nem à justiça; nesses casos não se trata de simples mentira, mas de vícios mais graves (fraude, traição, etc.).

lógica e coerente. Por isso mesmo, os regimes totalitários só são compreendidos a partir de uma análise das realidades que o ato livre da mentira perverteu. Essa mentira instala como princípio da explicação e de regulação da existência política. Ela impõe uma ordem implacável ao mundo contingente de fatos livres e sujeita a manifestação imprevisível e espontânea das ações “aos elos de ferro” de um poder supremamente lógico e necessário. A mentira para os interesses dos regimes totalitários, não é simplesmente tomada pela verdade e a verdade difamada em mentira, mas, antes, o próprio sentido pelo qual os humanos se relacionam com o real se vê destruído. Portanto, o universo da mentira totalitária é caracterizado fundamentalmente, por um sentido de irrealidade flutuante porque é um mundo de onde toda estrutura estável e durável doravante está ausente.

Nenhum espaço de vida civilizada permanece inalterado no interior dos regimes totalitários. Todas as coisas são, portanto, para eles, susceptíveis de serem conhecidas, determinadas e transformadas no sentido de uma única harmonia futura. Quando não existe mais o mundo, quando o outro não é mais reconhecido como tal e quando existe a pura recusa a encarar qualquer coisa que seja como é ela, então todos os limites são absolutamente esgarçados, tudo se torna possível. O totalitarismo consegue apresentar-se como a “verdadeira política”. Aparece como sendo o regime no qual todas as coisas tornam-se públicas. Não é, de maneira alguma, um governo arbitrário, pois, está ancorado a uma lei, à ideia mesma de uma lei absoluta, lei que não tem relação alguma com a interpretação dos homens, aqui e agora: a lei da História no comunismo; a lei da vida no nazismo.

A ação parece ser, nesse regime, o valor dominante, uma vez que o povo deve ser mobilizado, e ser mantido em constante movimento, para as tarefas de interesse geral. É um regime no qual, também reina o discurso. É um regime que se apresenta como revolucionário, faz *tábula* rasa do passado e se devota à criação do “novo homem”. Ora, por trás da aparência, descobre-se que não se trata absolutamente da política, da vida pública, da lei, da ação, da fala, nem da revolução concebida como começo. Só existe política onde se manifesta uma diferença entre um espaço no qual os homens se reconhecem mutuamente como cidadãos. No totalitarismo, a ação resume-se absolutamente na decisão do chefe, decisão que se arroga como sendo efeito do movimento da história ou da vida, que recusa categoricamente a contingência e que só exige de outrem comportamentos conformes às normas e as resoluções.

A fala não é fala. Pois, desaparece todo vestígio de diálogo, já que um só, o Senhor absoluto detém o poder de dizer, ao passo que todos estão reduzidos à função de ouvir e transmitir. Portanto, “o domínio total é a única forma de governo com a qual não é possível coexistir” (ARENDR, 1990, p.343.). Apesar de tudo isso, é essencial lembrar que os totalitários, Hitler e Stalin, não tomaram o poder através da força, como por exemplo, através dos chamados “golpes de Estado”, práticas comuns nos países africanos e sul-americanos, pelo menos a alguns anos atrás; mas, sim de forma legal, e fundamentalmente, com o apoio da grande maioria da população:

A ascensão de Hitler ao poder foi legal dentro do sistema majoritário, e ele não poderia ter mantido a liderança de tão grande população, sobrevivendo a tantas crises internas e externas, e enfrentando tantos perigos de lutas intrapartidárias, se não tivesse contado com a confiança das massas. Isso se aplica também a Stalin (ARENDR, 1990, p.356.).

Portanto, os regimes totalitários possuem acima de tudo, e por incrível que possa aparecer, um caráter democrático: são fenômenos de massa. Eles tiveram êxito porque, fundamentalmente, deram forma aos sonhos nebulosos das massas nacionais e porque fizeram eco às suas aspirações confusas e pouco conscientes. Uma coisa é certa, uma afinidade fundamental une o chefe a seu povo, muito mais do que o magnetismo pessoal do chefe. Ou seja, Hitler não conquistou as massas alemãs: ele sim, as representou. Afinal, “a sociedade tende a aceitar uma pessoa pelo que ela pretende ser”, diz Arendt (1990, p.355), “de sorte que um louco que finja ser um gênio sempre tem certa possibilidade de merecer crédito, pelo menos no início”. Pode se dizer, portanto, que Hitler fascinou as massas devido à crença fanática que ele tinha em si mesmo, em sua competência sobre qualquer assunto e no fato de que qualquer parecer que emitisse sempre podia ser incluído numa ideologia que pretendia abranger todas as coisas do mundo. Porém, Arendt (1990, p.398) acrescenta a essa façanha de Hitler, uma característica fundamental, “a sua infinita infalibilidade; jamais pode admitir que errou” .

Apoiado incondicionalmente pelas multidões históricas e “hipnotizadas”, Hitler manobrou de uma forma estratégica seus aliados, que no fundo, julgavam definitivamente estar dirigi-lo, para situações cada vez mais favoráveis até que aqueles que sobreviveram, no fim, ficaram absolutamente contentes de receber do

chefe a permissão de exercer alguma espécie de função como um ato de benevolência. Ora, se por um lado, as massas possuíam a confiança absoluta na “coerência rígida” do chefe, é importante salientar também, que por outro lado, o chefe possuía uma confiança absoluta na “organização”. Pois, o poder, como é concebido pelo totalitarismo, reside exclusivamente na força produzida pela organização. E conforme nos lembra Arendt (1990, p.468), para Hitler, por exemplo,

[...] a guerra não estava perdida quando cidades alemãs tombaram em ruínas e a capacidade industrial havia sido destruída, mas somente quando soube que já não podia confiar nas tropas da SS. Para um homem que acreditasse na onipotência da organização contra todos os fatores meramente materiais, militares ou econômicos, e que, além disso, calculava o futuro triunfo de sua obra em termos de séculos, a derrota não era a catástrofe militar, nem a ameaça de fome para a população mas apenas a destruição das organizações de elite, que deveriam levar a conspiração de domínio mundial ao seu fim último.

Foi, também, de acordo com Arendt (1990, p.468), “quando soube que já não podia confiar nas tropas da SS”, que Hitler, o representante máximo do nazismo, decidiu cometer suicídio, e não por medo de ser pego e preso, ou mesmo morto pelos aliados, conforme ensinam os manuais de história.

Apesar do inferno totalitário, Arendt, nunca deixou de ser otimista. Isto é, mesmo depois de presenciar duas grandes guerras mundiais e o pior mal do século XX – a dominação total, que sem piedade decretou o massacre de homens, ou seja, a morte da liberdade mediante a prática do *genocídio*<sup>5</sup> através do uso do aparato tecnológico, e ter constatada ainda, de que “tudo é possível”, inclusive reeducar a humanidade e criar um homem novo, a nossa autora jamais se entregou ao pessimismo. É claro que o otimismo arendtiano não está ligado exclusivamente a uma imaginação de que as coisas poderiam ser melhores. De que um dia tudo vai melhorar, de que, com certeza haverá um lugar onde os homens viverão em paz,

---

<sup>5</sup> Num sentido jurídico, ratificado por uma convenção internacional, um massacre não é um genocídio. O genocídio é “a destruição metódica de um grupo étnico”. Definição que na opinião de Alain Besançon (2000, p.110-111), é insuficiente. Pois, segundo ele, muitos massacres entrariam nesta definição; e por outro lado, se se coloca em dúvida que os judeus sejam um “grupo étnico” - , o que significaria retomar a concepção nazista – a Shoah não se encaixaria nesta categoria! Para ele, um genocídio no sentido próprio do termo, relativamente ao simples massacre, requer o seguinte critério: é preciso que a matança tenha sido premeditada no quadro de uma ideologia que coloque como objetivo o aniquilamento de uma parte da humanidade a fim de impor a sua concepção do bem. O plano de destruição deve englobar a totalidade do grupo visado, mesmo se ele não é levado até o fim por razões de impossibilidade material ou de reviravolta política. O único precedente conhecido poderia muito bem ser a Vendéia, que, segundo as ordens dadas pela Convenção, deveria ser “destruída” em sua totalidade.



sem ódio, sem sofrimento, sem mentiras etc. Mas sim, está ligado a capacidade humana exclusiva; afinal, só o homem é capaz de oprimir e de privar o homem da sua liberdade e só o homem, também, é capaz de garantir ao seu semelhante um espaço para a manifestação da sua liberdade. Ou seja, Arendt, está preocupada com este mundo terrestre e com os humanos que habitam este mundo, é nisto que ela acredita.

A triste experiência que o homem moderno teve com o político, em vez de contribuir para que Arendt desistisse de pensar, levou-a a acreditar que precisamos de uma nova ciência política, para um mundo inteiramente novo. Ou seja, o totalitarismo demonstrou, que a dignidade humana precisa de nova garantia. Tudo isso significa dentro da perspectiva de Arendt, que a política tem de ser o inverso radical da época de um inferno totalitário. Para isso, no entanto, é mister não acreditar em nenhuma força superior ou divina, acreditar na religião, por exemplo, mas sim, fundamentalmente, acreditar em cada ser humano, no próprio homem. Isto é, acreditar ser evidente que o homem é fundamentalmente dotado, de uma maneira altamente maravilhosa e misteriosa, do dom de fazer *milagre*, uma expressão resgatada dos evangelhos, que em Hannah Arendt adquire uma conotação bem diferente.

Esse poder de fazer milagres ao qual Arendt se refere, não é considerado, por exemplo, divino ou sobrenatural. E, portanto, não pode ser entendido como aquele poder que segundo os evangelhos, possuía Cristo, o “filho de Deus” de ressuscitar os mortos, curar o paralisado, dar visão ao cego, etc, como aparece relatado na *Bíblia* (no Novo Testamento), no Livro de Mateus, capítulo 9, por exemplo, ou algo que independe inteiramente do homem. Este termo *milagre*, para Arendt, remete antes precisamente para o poder que o homem possui de interromper o automatismo do encadeamento causal. Significa sim, que o homem pode agir, tomar iniciativa, impor “um novo começo”.

Da perspectiva da nossa autora, o novo intervém na história de modo “milagroso” no sentido em que representa, estatisticamente, o infinitamente improvável, o irredutível a uma simples explicação causal. Deste modo, em 1953, na conclusão de um capítulo (*Ideologia e terror*) que acrescentou ao livro *Origens do totalitarismo*, inspirada nos ensinamentos de Santo Agostinho, Arendt vira o sonho totalitário de cabeça para baixo: se tudo era possível ao homem, como os líderes totalitários procuraram demonstrar ao levar o mal aos seus últimos extremos, isto é

ao transformar os homens em espécies obedientes e absolutamente sem vontade, então, diz a nossa autora, algo mais era possível, a saber, um novo começo. Um começo capaz de mudar radicalmente a ordem totalitária de governar os homens, um começo que garante fundamentalmente a manifestação da liberdade humana.

Ao reconhecer a possibilidade de um novo começo, Arendt acredita profundamente que o homem é capaz de romper e inaugurar, de fazer o improvável e o incalculável, de criar um “mundo novo”: um mundo não totalitário, um mundo comum, um mundo de liberdade. Ela reconhece, como nas palavras de Castoriadis (1985, p.9.), que o homem não só é capaz de criar “o monstruoso”, mas também é capaz de criar o “sublime”. Reconhece no fundo, como sublinhou Roviello (1990, p.179), que “só o homem pode proteger o homem da perda da sua humanidade, só o homem pode privar o homem dessa humanidade”.

Essa possibilidade humana de “um novo começo”, portanto, em Arendt, pode até ser abafada, desvirtuada, ressignificada, como aconteceu, por exemplo, nos regimes totalitários, mas jamais suprimida. Ela faz parte da condição humana, é uma das condições nas quais a vida foi entregue ao homem para que ele dê conta da vida através desta condição. E enquanto condição humana, ela permanece como possibilidade humana em aberto para o homem em qualquer lugar e tempo. Por ser, “criado para que houvesse um começo”, ou seja, capaz de agir, significa de acordo com Arendt, “que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável”, contrariar e romper totalmente com a lógica totalitária de deduzir rigorosamente uma conclusão das premissas.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Odílio Alves. *Filosofia e política no pensamento de Hannah Arendt*. Fortaleza: EUFC, 2001.

ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1988.

BESANÇON Alain. *A infelicidade do século: sobre o comunismo, o nazismo e a unidade da shoah*. Trad. Emir Sader. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. *Os destinos do totalitarismo e outros escritos*. Trad. Zila

Bernd e Elvio Funk. Porto Alegre: L e PM, 1985.

FRIEDRICK, Carl & BZEZINSKI, Zbigniew. *Totalitarismo e autocracia*. Trad. Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro: GRD, 1965.

KRISTEVA, Julia. *O gênio feminino*. Trad. Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

ORWELL. George. *1984*. Trad. Wilson Veloso. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

ROVIELLO, Anne-Marie. *Senso comum e modernidade em Hannah Arendt*. Trad. Benedicte Hovart e João Felipe Marques. Lisboa: Piaget, 1990.

TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Trad. Elias Ferreira Edel. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.